

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
PLAGEDER**

MARCELO MATOS DE SÁ

**INTERAÇÃO RURAL-URBANO NA ZONA SUL DE PORTO ALEGRE: O CASO DO
SÍTIO CAPOROROCA**

Porto Alegre

2017

MARCELO MATOS DE SÁ

**INTERAÇÃO RURAL-URBANO NA ZONA SUL DE PORTO ALEGRE: O CASO DO
SÍTIO CAPOROROCA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Eber Pires Marzulo

Co-orientador: Me: Cristian Rogério
Foguesatto

Porto Alegre

2017

MARCELO MATOS DE SÁ

**INTERAÇÃO RURAL-URBANO NA ZONA SUL DE PORTO ALEGRE: O CASO DO
SÍTIO CAPOROROCA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 20 de novembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Eber Pires Marzulo – Orientador
UFRGS

Profa. Dra. Daniela Kuhn -
UFRGS

Prof. Dr. Fábio Dal Soglio
UFRGS

Para George e Helena.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Prof. Zander Navarro por suas palavras que, ainda em 2014, me incentivaram a permanecer no curso. Agradeço também ao meu orientador, Prof. Eber Pires Marzulo e, especialmente, ao meu co-orientador Cristian Rogério Foguesato com quem pude debater questões que contribuíram significativamente para a realização desse trabalho. Agradeço imensamente à minha orientadora de estágio curricular obrigatório, coordenadora de grupo de trabalho, parceira de pesquisa e sobretudo amiga, Renata Gonçalves Rodrigues, por estar sempre disponível e engajada em todos os momentos da minha jornada acadêmica.

Agradeço a minha família, pai, mãe e irmã, pelo incentivo e apoio incondicionais durante o prosseguimento dos meus estudos. Agradeço à Angela, por todo o apoio e solicitude durante essa etapa.

Gostaria de agradecer aos colegas do Grupo de Pesquisas em Sistema Cooperativos Agroalimentares (PESCAR/UFRGS) pelos debates, parcerias e diversas saídas de campo. Agradeço à Letícia Chechi por ter me selecionado como bolsista de iniciação científica, ao Adriano Klein com quem tive a oportunidade de aprender sobre circuitos curtos de comercialização e sistema orgânico de produção e ao Prof. Glauco Schultz pelas “puxadas de orelha” que contribuíram muito para que eu me tornasse mais crítico em relação à atividade de pesquisa.

Agradeço à Sylvana, Guinha, Rafael, Zenir e Renir, do Sítio Capororoca, por terem sido extremamente receptivos e por terem colaborado de maneira muito significativa durante a realização do estágio curricular obrigatório e para a realização desse trabalho. Agradeço ao João Feeburg por ter me recebido em sua Casa do Mel para a realização do estágio curricular obrigatório em agroindústrias e pelos diversos ensinamentos sobre apicultura e cadeia produtiva do mel.

Por fim, agradeço a todos que, de uma forma ou outra, contribuíram para a realização desse trabalho.

“Dream the dreams of other men, you’ll be no one’s rival” (Eddie Vedder, 2009)

RESUMO

As mudanças tecnológicas que marcaram o rural entre as décadas de 1950 e 1980, que buscavam o aumento na produção de *commodities* agropecuárias por meio da especialização das lavouras, desencadearam um conjunto de processos econômicos e sociais que contribuíram para a reconfiguração do espaço rural. Essa reconfiguração do espaço implicou em mudanças na forma como o consumidor percebe o alimento e contribuiu para o surgimento de espaços varejistas especializados na comercialização de gêneros alimentícios. Dessa forma, houve um afastamento entre as unidades de produção agropecuárias para áreas periféricas dos centros urbanos que, por sua vez, resultaram no distanciamento entre produtores e consumidores, no qual espaços varejistas e atravessadores assumiram a função de intermediários entre aqueles que produzem os alimentos e os que os consomem. Em oposição a este modelo de agricultura capitalista baseado na industrialização do rural, na década de 1990, o poder público passa a atuar junto à sociedade civil organizada, entidades de assistência técnica e extensão rural e agricultores familiares para a reaproximação entre produtores e consumidores. Nesse contexto, surgem as Feiras Ecológicas de Porto Alegre como um espaço no qual produtores comercializam diretamente seus cultivos aos consumidores. Ainda nesse contexto, espaços varejistas, especializados na comercialização de alimentos orgânicos e/ou oriundos da agricultura familiar, transmitem aos consumidores informações não comerciais sobre os produtos e valorizam os aspectos qualitativos dos alimentos. Dessa forma, o objetivo desse trabalho foi o de identificar de quais formas ocorrem as relações rural-urbano de uma unidade de produção agropecuária localizada na zona sul de Porto Alegre. Sob essa ótica, nesse trabalho foi realizada a caracterização de uma unidade de produção agropecuária, localizada na zona rural de Porto Alegre, que dedica sua área à produção de alimentos orgânicos e os comercializa em feiras ecológicas e em um pequeno espaço varejista. Foi observado que a unidade de produção agropecuária possui baixa dependência por insumos externos à propriedade, que a produção é diversificada e que a demanda dos consumidores exerce influência na tomada de decisão sobre quais alimentos serão cultivados e em que quantidade. Foram identificadas interações não relacionadas à produção, como o acesso a produtos e serviços tipicamente oferecidos em centros urbanos.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Circuitos Curtos. Feiras Ecológicas. Interação Rural Urbano. Sistema Orgânico de Produção.

ABSTRACT

Technological changes that marked rural space between 1950s and 1980s which sought to increase the production of agricultural commodities through the specialization of crops, triggered a set of economic and social processes that contributed to the reconfiguration of the rural space. This reconfiguration of the space implied changes in the way the consumer perceives the food and contributed to the emergence of retail spaces specializing in the commercialization of food kinds. Thus, there was a shift away from agricultural production units to peripheral areas of urban centers, that in turn, resulted in distancing between producers and consumers, in which retailers and middlemen took over the role of intermediary between those who produce food and those who consume. In opposition to this model of capitalist agriculture based on the industrialization of the rural, in 1990s government starts to work with the organized civil society, entities of technical assistance and rural extension and family farmers for the rapprochement between producers and consumers. In this context, Ecological Fairs of Porto Alegre emerge as a space in which producers directly market their crops to consumers. Yet, retail spaces, specializing in the marketing of organic foods and / or family farming, transmit to consumers non-commercial information about products and they value qualitative aspects of food. Given this backdrop, the aim of this work was to identify forms of rural-urban relations of an agricultural production unit located in the southern of Porto Alegre county. From this point of view, this work was carried out to characterize an agricultural production unit located in the rural area of Porto Alegre, which uses its area to the production of organic foods and sells them in ecological fairs and in a small retail space. It was observed that agricultural production unit has a low dependence on inputs external to the property, that the production is diversified and that consumer demand exerts influence in the decision making on which foods will be cultivated and in what quantity. Non-production-related interactions were identified, such as access to products and services typically offered in urban centers.

Keywords: Family Farming. Short Food Supply Chain. Ecological Farmers Market. Rural-Urban interaction. Organic Production.

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|----------|--|----|
| Figura 1 | - Localização do bairro Lami em Porto Alegre | 25 |
| Figura 2 | - Croqui do Sítio Capororoca demarcado em imagem de satélite | 26 |
| Figura 3 | - Representação da força produtiva e respectivas atividades | 30 |
| Figura 4 | - Localização das feiras nas quais os produtos são comercializados | 34 |

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Força produtiva e descrição das atividades

29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | | |
|-------|---|---|
| ATER | - | Assistência Técnica em Extensão Rural |
| CCC | - | Circuito Curto de Comercialização |
| EPTC | - | Empresa Pública de Transporte e Circulação |
| FAO | - | Food and Agriculture Organization |
| ha | - | Hectare |
| IBGE | - | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| PANC | - | Planta Alimentícia Não Convencional |
| PMPA | - | Prefeitura Municipal de Porto Alegre |
| RAMA | - | Rede Agroecológica Metropolitana |
| SMC | - | Secretaria Municipal da Cultura |
| SMIC | - | Secretaria Municipal da Indústria e Comércio |
| UPA | - | Unidade de Produção Agropecuária |
| WWOOF | - | World Wide Opportunities on Organic Farms |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 15 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 17 |
| 2.1 AGRICULTURA FAMILIAR | 17 |
| 2.2 SISTEMA ORGÂNICO DE PRODUÇÃO..... | 19 |
| 2.3 CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO | 20 |
| 3 PESQUISA | 22 |
| 3.1 Método | 22 |
| 3.2 Coleta e organização..... | 23 |
| 3.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO | 24 |
| 3.3.1 CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E CONTEXTO LOCAL | 24 |
| 3.3.2 Núcleo Familiar e força de trabalho | 29 |
| 3.3.3 SISTEMA PRODUTIVO | 32 |
| 3.3.4 CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO | 33 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 37 |
| REFERÊNCIAS | 39 |
| APÊNDICE A – RELAÇÕES DE PARENTESCO E NÃO PARENTESCO ENTRE OS MEMBROS DA UPA | 43 |
| ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA | 44 |

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, entre as décadas de 1950 e 1980, o espaço rural foi marcado por mudanças tecnológicas promovidas pela implementação de insumos agroquímicos, sementes geneticamente modificadas e maquinário especializado. Com essas mudanças, era esperado o aumento na produção de *commodities* agropecuárias por meio da especialização das lavouras e liberação de mão de obra do campo para o então crescente setor industrial, fenômeno que ficou conhecido como “Revolução Verde” (MOREIRA, 2013).

Ainda sob essa perspectiva, a modernização da atividade agropecuária, associada à industrialização, desencadeou um conjunto de processos econômicos e sociais que contribuíram para a reconfiguração do espaço rural (REIS, 1985; PLOEG, 2009). Essa reconfiguração do rural implicou em mudanças na forma como o consumidor percebe o alimento e contribuiu para o surgimento de espaços varejistas especializados na comercialização de gêneros alimentícios (GUIVANT, 2003; MOURA, 2005).

Dessa forma, houve um afastamento entre as unidades de produção agropecuárias (UPA) para áreas periféricas dos centros urbanos que resultaram no afastamento entre produtores e consumidores, no qual espaços varejistas e atravessadores assumiram a função de intermediários entre aqueles que produzem os alimentos e os que os consomem (WANDERLEY, 2013).

Em oposição a este modelo de agricultura capitalista baseado na industrialização do rural (OLIVEIRA, 2007; ABRAMOVAY, 2012), na década de 1990, o poder público passa a atuar junto à sociedade civil organizada, entidades de assistência técnica e extensão rural (ATER) e agricultores familiares para a reaproximação entre produtores e consumidores e o fortalecimento de modos tradicionais de produção agropecuária, resgatando, nesse sentido, a função sociocultural da produção e consumo de alimentos (ABRAMOVAY; VEIGA, 1999; ALTAFIN, 2007).

Sob essa perspectiva, emerge o sistema de produção orgânico. As práticas desse sistema contribuem para a redução dos impactos negativos ao meio ambiente, podendo também reduzir a dependência dos produtores de insumos externos à propriedade. Os alimentos cultivados em sistema orgânico de produção, quando comercializados em feiras e/ou na modalidade venda direta (face a face), sem intermediários, garante que a maior parte do resultado econômico das vendas retorne à propriedade (DAROLT, 2001).

Nesse contexto, a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (SMIC) de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (RS), estabelece locais e normatiza o funcionamento das Feiras Ecológicas de Porto Alegre, nas quais somente produtores e associações de produtores poderão realizar a comercialização de alimentos orgânicos ou livres de agrotóxicos que, além de promoverem o contato entre produtores e consumidores, tem por objetivo promover a oferta de alimentos *in natura*, oriundos de sistemas de cultivo que gerem menores impactos ambientais (SCHIFFINO, 2015).

Diante desse cenário, é questionado de quais formas uma UPA, que dedica sua área à produção de alimentos orgânicos e comercializa sua produção nas Feiras Ecológicas de Porto Alegre estabelece suas relações com o espaço urbano. Dessa forma, é pretendido que esse trabalho venha a contribuir para a melhor compreensão das dinâmicas presentes entre o espaço rural e o espaço urbano na cidade de Porto Alegre.

Portanto, o objetivo geral desse trabalho é identificar e descrever de quais formas uma Unidade de Produção Agropecuária familiar, localizada na zona sul de Porto Alegre, no espaço rural, que comercializa sua produção nas Feiras Ecológicas de Porto Alegre, estabelece suas interações com o espaço urbano. Buscar-se-á caracterizar o contexto local, a UPA, o sistema produtivo e origem de insumos produtivos, identificar e descrever os canais de comercialização acessados para o escoamento da produção e, identificar e caracterizar atividades não agrícolas realizadas na propriedade.

Para cumprir com o objetivo proposto, esse trabalho será apresentado em 4 capítulos, a contar com essa introdução. No capítulo 2 serão apresentados os pressupostos e fundamentos teóricos escolhidos para analisar as relações entre rural e urbano. No terceiro capítulo são relatados os procedimentos metodológicos e os resultados e discussão acerca dos achados durante a realização desse trabalho. Por fim, no quarto capítulo são discutidos os resultados encontrados a partir da análise.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O cultivo de alimentos em sistema orgânico de produção, os circuitos curtos de comercialização e a agricultura familiar são temas debatidos sobre distintas percepções. Dessa forma, nesse capítulo será exposto o arcabouço teórico que orientou a conceituação de agricultura familiar, sistema orgânico de produção e circuitos curtos de comercialização utilizados como base para a realização desse trabalho.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

Sob o olhar de Abramovay et al. (1998), a agricultura familiar pode ser definida como aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vem de indivíduos que compartilham entre si laços de sangue ou parentesco. Em outras palavras, o núcleo familiar, que é composto por indivíduos que compartilham certo grau de parentesco é o proprietário dos meios de produção e, a partir do emprego de sua força de trabalho, explora este meio como fonte de renda (ABRAMOVAY, 1998).

Para Wanderley (1998), é compreendido como empreendimento da agricultura familiar aquele em que a família é proprietária dos meios de produção e assume o trabalho na UPA. Ainda sob a perspectiva da autora, há de se diferenciar agricultura familiar e agricultura camponesa, quando considerado que a definição de agricultura familiar surgiu “[...] a partir dos interesses e das iniciativas do Estado” (WANDERLEY, 1999, p.34).

A necessidade de diferenciação entre agricultura familiar e agricultura camponesa pode ser sustentada pelo fato de ser observada “[...] uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa” (ABRAMOVAY, 2012, p.22).

No Brasil, a Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, determinou o conceito de Agricultura Familiar no país. Dessa forma, considera-se agricultor familiar aquele que não detenha área maior que quatro módulos fiscais¹; que utilize predominantemente mão-de-obra oriunda do núcleo familiar; que a maior parte de sua renda

¹ Módulo Fiscal é uma unidade de medida elaborada a partir de critérios definidos por cada município. Dessa forma, a área correspondente a um módulo fiscal apresenta variações de acordo com o município. No Brasil, um módulo fiscal pode variar de cinco a 110 hectares (ha).

seja obtida por meio de atividades desenvolvidas em seu estabelecimento rural; que a gestão seja realizada pelo agricultor e sua família (BRASIL, 2006).

Entretanto, observar unicamente os aspectos legais e de consanguinidade definiria a agricultura familiar como grupo político, não contemplando a heterogeneidade presente nas famílias, no território e nas múltiplas relações que dão significado, ao mesmo tempo em que resignificam o espaço rural, o que acaba se tornando a característica mais marcante deste grupo social (GUANZIROLI; SABBATO; BUAINAIN, 2011).

Sob a ótica de Ploeg (2009), é entendido que os aspectos socioeconômicos das práticas dos agricultores estão relacionados à busca por autonomia, pela base de recursos autogeridos e por meio de inserção em atividades não agrícolas. Nas palavras do autor:

A luta por autonomia, [...] tem como objetivo e materializa-se na criação e no desenvolvimento de uma base de recursos autogerida, envolvendo tantos recursos sociais como naturais (conhecimento, redes, força de trabalho, terra, gado, canais de irrigação, terraços, esterco, cultivos, etc.). A terra constitui pilar central dessa base de recursos, não só do ponto de vista material, mas também simbólico. [...] essa base de recursos, por sua vez, propicia diferentes formas de coprodução entre o ser humano e a natureza viva. A coprodução (ou seja, o processo de produção agrícola) é modelada a fim de comportar, tanto quanto possível, os interesses e as expectativas da família camponesa (PLOEG, 2009, p. 19).

Ainda para Ploeg (2009), a definição de agricultura familiar não apresenta ruptura com a agricultura camponesa, o que ocorre é uma adaptação das práticas agropecuárias realizadas nas unidades de produção agropecuária que passam a estar alinhadas a um novo cenário político e social. Sob essa perspectiva, a agricultura familiar pode ser entendida como uma definição ampla que agrega diferentes atores sociais que estão inseridos em múltiplos contextos, onde a agricultura campesina é uma dessas formas (LAMARCHE, 1998). Sob essa perspectiva, a agricultura familiar “[...] guarda ainda muitos de seus traços camponeses [...] continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças” (WANDERLEY, 1999, p.52). Desta forma, para a compreensão da agricultura familiar é necessário que seja entendida a organização do trabalho e da produção, sua relação com a natureza, estratégias de interações com o ambiente social e os meios de exercício da ação política (SCHNEIDER, 2006).

A relação entre agricultores familiares de pequeno porte e a natureza pode ser percebida desde os anos 1950-60 quando, em oposição ao modelo monocultor, preconizados por meio da introdução de pacotes tecnológicos no âmbito da “Revolução Verde”, optaram por manter processos descentralizados e continuaram produzindo de acordo com a forma como se relacionam com o ambiente natural (ALMEIDA, 2009).

Diante do exposto, a agricultura familiar pode, em sua diversidade, apresentar atores que têm suas práticas agropecuárias mais próximas de um modelo similar à forma como os

agricultores camponeses se organizam e exploram suas unidades de produção agropecuárias, sugerindo que o sistema orgânico de produção pode se apresentar como uma estratégia para a reprodução social dos agricultores familiares (PLOEG, 2009).

2.2 SISTEMA ORGÂNICO DE PRODUÇÃO

Os preceitos da produção orgânica se baseiam na efetivação da produção mediante um sistema de manejo ecológico que promove a biodiversidade, os ciclos biológicos e a atividade biológica do solo. O sistema orgânico de produção surge como um modo alternativo de produzir alimentos, em que agricultores e consumidores reconhecem os danos da utilização de insumos químicos para a saúde e para o meio ambiente (BORGUINI; MATTOS, 2002; FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO, 2003).

No Brasil, a Lei da produção orgânica nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, regulamentada em 2007, teve sua formulação baseada no conceito de agroecologia, destacando diversos elementos deste arcabouço teórico, a saber: integridade cultural das comunidades rurais, equidade social, valorização econômica das produções familiares, respeito aos recursos naturais.

Ao ser considerado que as características presentes nos sistemas orgânicos de produção pressupõem “[...] interações complexas entre pessoas, culturas, solos e animais” (ALTIERI, 1998 p.18), a produção em sistemas orgânicos apresenta-se como uma alternativa ao modelo convencional de produção monocultora, tecnificada e dependente de insumos externos à propriedade. Sob essa ótica, a diversificação de culturas no sistema orgânico apresenta maior resiliência (SCHULTZ, 2013), ao mesmo tempo em que o manejo neste tipo de sistema causa menor impacto e reduz a necessidade de alterar ou prejudicar o meio ambiente, aproximando-se de um modelo de produção mais sustentável (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

O cultivo de alimentos em sistema orgânico de produção, por agricultores familiares, que utilizam principalmente sua força de trabalho, tende a contribuir para a diversificação dos cultivos ao ser considerado que os alimentos não possuem conservantes químicos para estender sua durabilidade (JUNQUEIRA; LUENGO, 2000). Nesse sentido, um alimento orgânico apresenta menor intervalo de tempo para ser consumido após a colheita, o que torna as feiras de produtores um local propício para sua comercialização (DAROLT, 2001).

2.3 CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO

A existência de um circuito curto de comercialização (CCC), sob a perspectiva de Marsden et al. (2000), não está condicionada à proximidade geográfica entre produtores e consumidores, mas na troca de informação. A informação possibilita que uma noção mútua da realidade seja compartilhada entre os participantes do circuito (*Awareness*). A informação pode ser compartilhada por meio do contato direto (face-a-face), no rótulo dos alimentos, reputação ou mídias diversas.

A aproximação entre produtores e consumidores nos CCC, resulta na troca de informações que vão além do produto. O modo de produção, o local onde o alimento foi cultivado, expectativas e convicções são informações obtidas a partir da aproximação e que são convertidas em melhorias em nível de produto e de aproximação entre as partes (MONTANARI, 2007). As mercadorias possuem o que Kopytoff (2008) define como “biografia cultural”, ao dizer que um produto faz parte de um processo cultural e cognitivo.

De acordo com Marsden et al. (2000), são três os tipos de cadeias curtas: face-a-face, de proximidade e expandidas. O face-a-face é caracterizado pelo contato direto entre quem produziu e quem irá consumir o produto. É o modo de comercialização que predomina nas Feiras Ecológicas de Porto Alegre (CHECHI et al., 2016). Na cadeia de proximidade, há no máximo um intermediário que não participou no processo produtivo. Enquanto na cadeia expandida, a informação é transmitida exclusivamente através de rotulagem, mídias ou selos de indicações de procedência.

O comércio face-a-face, predominante nas feiras, propicia também a aproximação entre produtores. O que é evidenciado pela formação de grupos que tem por objetivo facilitar o deslocamento até a feira e no firmamento de parcerias que podem resultar em compartilhamento de espaço e outras formas de colaboração (MARSDEN, 2000; DAROLT, 2013).

A existência de circuitos curtos de comercialização contribui para o desenvolvimento do turismo no meio rural, visto que contribui positivamente para a melhora da percepção que os turistas têm da localidade. Ao ser considerado que a troca de informações entre produtores e consumidores envolve questões que vão além de preço e quantidade, informações sobre a vida social e identidade local são compartilhadas nesse tipo de comercialização (RODRIGUES; DEWES, 2017). Em meio a esse processo de aproximação entre produtores e consumidores, a noção mútua de realidade envolve questões econômicas, sociais e ambientais que permeiam os aspectos relacionados à produção quanto ao consumo e comercialização desses alimentos (FONTE, 2008; TANASÃ, 2014).

Outra potencialidade que pode ser identificada no encurtamento da cadeia é a formação de novas cadeias curtas. O ambiente das feiras possibilita que os produtores se aproximem e acessem outras formas de comercialização, como lojas e restaurantes, e passem a fornecer os produtos oriundos de sua produção para estes estabelecimentos. Nesse sentido, a feira tende a funcionar como um catalisador para a construção social de mercados a partir do que Granovetter (1985) definiu como *embeddedness*. No conceito de *embeddedness* proposto por Granovetter (1985), é sugerido que as relações entre as firmas estão enraizadas (*embedded*) nas relações criadas e mantidas entre os indivíduos. Ainda, de acordo com o autor, uma relação é iniciada a partir da aproximação entre duas pessoas que poderá ser ampliada ao relacionamento (parceria, aliança) entre duas firmas.

3 PESQUISA

As relações entre rural e urbano e as diversas percepções sobre essa temática fazem necessário o emprego de técnicas que possibilitem conhecer mais profundamente elementos essenciais para o entendimento dessas relações. Sendo assim, esse capítulo é direcionado à exposição dos procedimentos metodológicos bem como da coleta de dados e discussão e resultados.

3.1 MÉTODO

Este trabalho consiste em um estudo de caso, que de acordo com Goode e Hatt (1969 p.422), não é uma “[...] técnica específica. É um meio de organizar dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado”. Entretanto, em um estudo de caso, deverá haver o cuidado de que seja percebido quais contribuições o estudo tem potencial contributivo em relação ao “todo” e não apenas do caso isolado, o que torna o estudo de caso “[...] uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto [...] (YIN, 1989, p.23).

O estudo de caso é adequado para situações nas quais é possível realizar observações diretas e aplicação de entrevistas sistemáticas (YIN, 1989), a partir das quais serão descritas características de determinada população ou fenômeno (GIL, 2008). Portanto, trata-se de uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa na qual o pesquisador não assume o compromisso de explicar os fenômenos descritos, embora estes poderiam servir para esse propósito. Nesse sentido, a pesquisa descritiva consiste na coleta de dados considerando-se um recorte específico e, posteriormente, na sua demonstração (VERGARA, 2000).

Para a realização desse trabalho de pesquisa, o procedimento de coleta de dados tem por objetivo a percepção do fenômeno estudado dentro do seu contexto, na qual o pesquisador deverá buscar por um caso que seja representativo de um grupo maior, que será escolhido intencionalmente de acordo com as pretensões do pesquisador (TRIVIÑOS, 1987).

Na pesquisa qualitativa, o contato direto entre pesquisador e a situação estudada tende a maximizar a percepção do pesquisador acerca do fenômeno estudado, de modo que o aprofundamento da investigação propicia o melhor entendimento daquilo que é individual e daquilo que traz significados múltiplos (GIL, 2008). Nesse sentido, o pesquisador terá a pretensão de verificar como o problema de pesquisa se manifesta nos procedimentos e nas interações do dia-a-dia.

3.2 COLETA E ORGANIZAÇÃO

O estudo empírico será conduzido em uma UPA familiar localizada na zona rural do município de Porto Alegre - RS, mais precisamente, no bairro Lami. A UPA em questão dedica integralmente sua área agriculturável ao cultivo de alimentos em sistema orgânico de produção e comercializa sua produção em Feiras Ecológicas da cidade, em pequenos espaços varejistas e na modalidade venda direta.

Ao ser considerada a escolha metodológica pelo estudo de caso, que está relacionada à escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse que visa à investigação de um caso específico, contextualizado no espaço tempo para que seja realizada a busca por informações (DENZIN; LINCOLN, 2000; GIL, 2009), o estudo foi realizado a partir de uma amostra individual que foi selecionada por apresentar características que estão alinhadas aos objetivos desse trabalho.

Por se tratar de uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa, “[...] não é, em geral, a preocupação dela a quantificação da amostragem. [...] ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p.132). Portanto, os dados foram coletados a partir de observações realizadas em uma UPA, e por meio de entrevistas. Para a realização das entrevistas, foi utilizado roteiro previamente elaborado (ANEXO 1).

Foram entrevistados os proprietários da UPA, demais residentes que integram o núcleo familiar, o funcionário e demais envolvidos em atividades agrícolas ou não agrícolas que estavam presentes no momento em que foram realizadas as coletas de dados. As entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente degravadas. Registros imagéticos foram coletados na unidade de produção agropecuária e nos locais nos quais a produção oriunda da propriedade é comercializada.

A coleta de dados foi realizada durante a realização da disciplina de Estágio Curricular Obrigatório I, do curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O roteiro de entrevista foi aplicado a todos os integrantes da UPA, o que inclui familiares e não familiares. As observações das atividades e questionamentos posteriores à aplicação do roteiro de entrevista, foram desenvolvidas ao longo de aproximadamente 100h de acompanhamento das atividades desenvolvidas na UPA.

O espaço varejista localizado no bairro Vila Nova, no qual parte dos alimentos produzidos na UPA são comercializados, foi visitado. Com a visita, buscou-se identificar se o espaço varejista comercializa somente alimentos orgânicos, naturais e/ou livres de agrotóxicos e se informações não comerciais sobre os alimentos são transmitidas ao consumidor.

A observação das dinâmicas nas Feiras Ecológicas de Porto Alegre, nas quais os alimentos oriundos da UPA são comercializados, teve por objetivo identificar se os espaços operam unicamente como canal de comercialização ou se o ambiente das feiras possibilita ou contribui para que produtores e consumidores dialoguem sobre questões não relacionadas a aspectos comerciais.

Primeiramente, as entrevistas foram transcritas para o formato texto e posteriormente analisadas a partir da técnica de análise de conteúdo, que, para Bardin (2009), refere-se ao conjunto de técnicas empregadas na análise de comunicações de modo que o conteúdo das mensagens possa ser descrito. Portanto, é pretendido que a análise de conteúdo possibilite que o pesquisador apreenda a percepção que o entrevistado tem de sua própria realidade.

Os dados obtidos por meio das entrevistas foram tabulados e analisados com o uso do *software* Microsoft Excel™.

Todavia, não há pretensão de que seja estabelecida relação causal, o objetivo foi sistematizar as informações para que sua descrição seja a mais detalhada possível. Nesse sentido, Flick (2009), sugere que a entrevista episódica é o formato mais adequado para a obtenção de dados relativos às questões relevantes à pesquisa, por meio das repetidas solicitações de narrativas que são motivadas a partir de diferentes perguntas, porém, todas com o mesmo objetivo. A coleta de dados foi realizada mediante termo de consentimento livre e esclarecido e os dados coletados serão tratados com zelo por parte do pesquisador.

3.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A atividade agropecuária e a percepção que se tem sobre essa, induz que seja uma prática intrínseca ao espaço rural. Segundo o IBGE, a definição de um “espaço” é legalmente definida pelo poder político-administrativo que determina, por meio de Lei, qual parcela do município é urbana. Nesse sentido, “[...] o espaço rural corresponde aquilo que não é urbano[...]” (MARQUES, 2002). Dessa forma, o objetivo deste tópico é a caracterização do contexto no qual o Sítio Capororoca está inserido.

3.3.1 Caracterização da unidade de produção agropecuária e contexto local

Fundado oficialmente em 26 de março de 1772, o município de Porto Alegre foi elevado à condição de capital do estado em 24 de julho de 1773 (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2016). Ocupa área de 496,682 km² (IBGE, 2010) que estão distribuídos em 81 bairros (PMPA,

2016). De acordo com dados do IBGE, a população estimada para 2015 é de 1.476.867 habitantes e a densidade demográfica é de 2.837,53 hab/km².

Em relação ao bairro Lami, este foi criado pela Lei nº 6893 de 12 de setembro de 1991, passando a ter seu espaço geográfico definido (PMPA, 2016). Até a década de 1970, o bairro não possuía vias de ligação ao centro de Porto Alegre, o que de certa forma, aliado ao terreno alagadiço, contribuiu para a desaceleração do processo de urbanização da área (SMC, 2015).

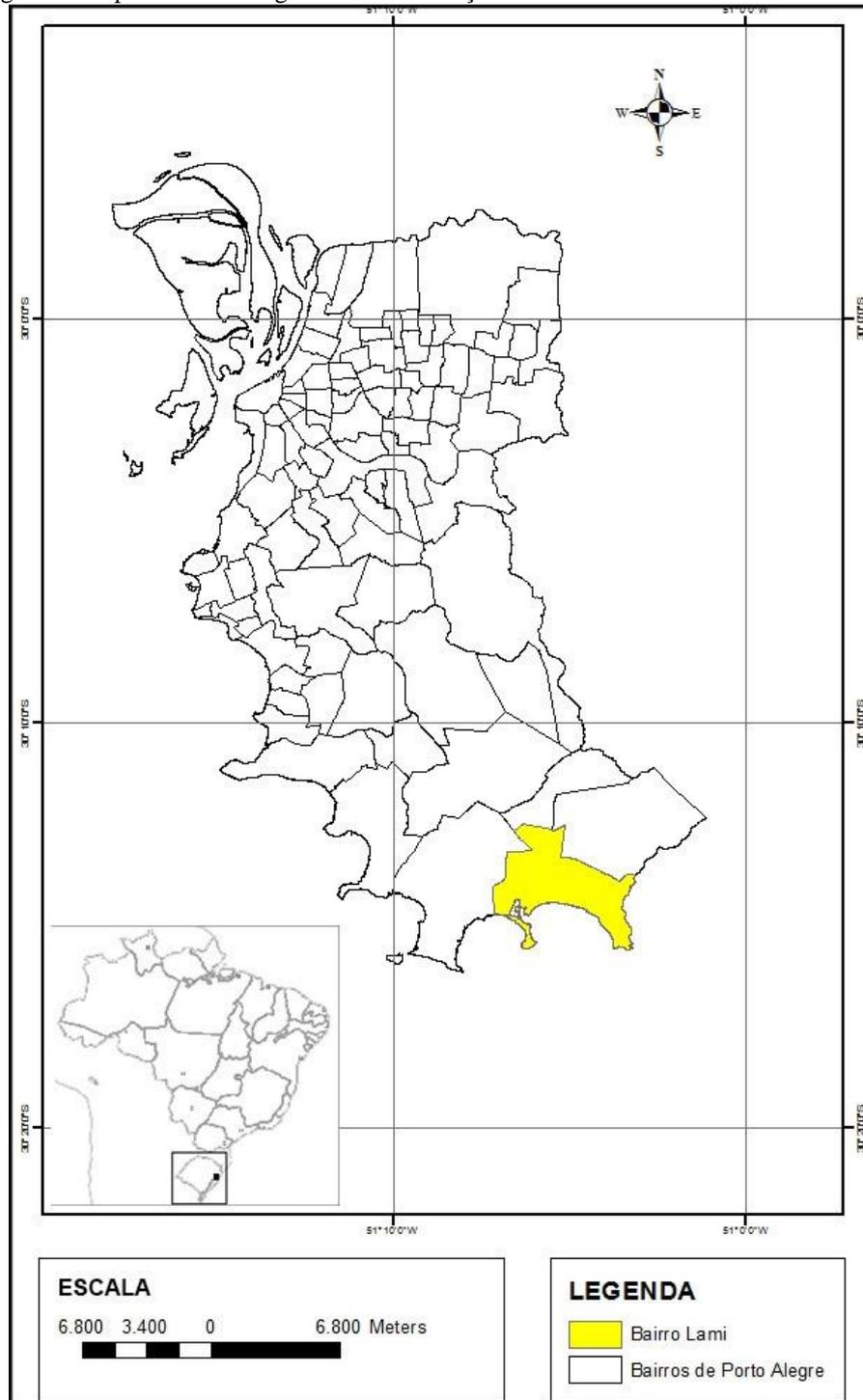
A principal atividade desenvolvida no Lami era a pesca artesanal, esta era praticada por pescadores que viviam naquele espaço, dando a ele uma noção de território, que sob a perspectiva de Lopes (2012, p. 37), “[...] território é uma porção do espaço ocupado pelo indivíduo, grupo ou pelo Estado, com seus múltiplos desdobramentos”. Nesse sentido, pode-se dizer que o ator, ao se apropriar do espaço, desenvolve suas atividades e cria suas redes de relações o transformando dessa forma em território (RAFFESTIN, 1993).

As bases do plano estratégico da zona sul de Porto Alegre, elaboradas em 2002 pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Secretaria de Planejamento Municipal e pela Supervisão de Desenvolvimento Urbano, são o resultado de um esforço coletivo que envolve agentes de outras esferas do governo e da sociedade civil organizada.

Serão brevemente abordados os resultados que são relevantes para que o contexto político no que está inserido o bairro Lami seja melhor compreendido. O primeiro resultado, está relacionado ao reconhecimento de que o território de Porto Alegre está dividido em macrozonas que apresentam características específicas e peculiaridades quanto aos aspectos socioeconômicos, urbanísticos e ambientais (OBERRATHER; BORGES, 2012).

Dessa forma, o planejamento municipal considerou a estrutura e paisagem urbanística, os bens ambientais e a estrutura socioeconômica para que as ações político-legais referentes ao zoneamento do espaço urbano estivessem alinhadas aos aspectos territoriais. Nesse sentido, a recriação da zona rural de Porto Alegre é o resultado de ações que foram implementadas a partir de uma estratégia territorial (OBERRATHER; BORGES, 2012).

Figura 1. Mapa de Porto Alegre com a localização do bairro Lami destacada em amarelo.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

O bairro Lami está localizado no extremo sul do município de Porto Alegre, possui área de 28,2 km², densidade demográfica de 123,87 habitantes por km² que totalizam 3.493 habitantes distribuídos em 1.113 moradias (IBGE, 2010). O Sítio Capororoca está localizado no bairro Lami. A área total do sítio é de doisha (Figura 2), sendo o valor médio do ha sem benfeitorias negociado a aproximadamente 100 mil reais, de acordo com corretores que atuam na região.

Figura 2. Croqui do sítio Capororoca demarcado em imagem de satélite.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Google Maps™, 2017.

O sítio, onde os alimentos são cultivados no sistema orgânico de produção, foi batizado com o nome de uma árvore nativa que está presente em diversos estados do Brasil. O nome Capororoca tem sua origem no tupi-guarani e significa “pau que estala”. A madeira da árvore é pesada e resistente, sendo própria para a carpintaria, sua casca libera um tanino azul que pode ser utilizado para a curtição do couro (GREEN NATION, 2013).

Inicialmente, em 2001, foi adquirida área de um ha, medida padronizada dos lotes comercializados na localidade. Em 2006, o vizinho localizado no lado norte da propriedade concordou em vender um ha de sua parcela para os proprietários, desta forma, integralizando os dois ha de área que permanecem até o momento.

A sede do sítio Capororoca está a 35km do centro de Porto Alegre, ao ser utilizada a rota da Av. Edgar Pires de Castro, e a 29 km se utilizada a rota da Av. Costa Gama. Em dias úteis, o tempo médio de deslocamento é de 1 hora, sendo a escolha da rota indiferente. Aos sábados, domingos e feriados, o tempo de deslocamento é de aproximadamente 20 minutos em ambas as rotas, sendo possível observar que o trânsito é o fator que mais contribui com o aumento no tempo de deslocamento.

Foi observado que o deslocamento no sentido bairro-centro é mais intenso no período da manhã, o que resulta na inversão de fluxo praticada pela Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) na avenida Oscar Pereira, nas imediações do hospital Divina Providência, com a intenção de que sejam minimizados os efeitos do congestionamento causado pelo fluxo excessivo de automóveis que trafegam naquela região.

Na UPA estudada, todos os alimentos são cultivados em sistema orgânico de produção, a área dedicada ao cultivo de alimentos é de aproximadamente 0,6 ha, nos quais estão distribuídos canteiros de aproximadamente 90cm de largura por 25 metros de comprimento. A estratégia para seleção de variedades a serem cultivadas, bem como a quantidade de cada planta

está relacionada ao período do ano (sazonalidade) e à experiência daqueles que trabalham na UPA no sentido de ser previsto quais variedades de alimentos serão mais solicitadas.

São cultivados frutas, legumes, verduras, plantas alimentícias não convencionais, chás e ervas, enquanto os alimentos industrializados são pães e bolos que, à exceção da farinha de trigo, são produzidos com insumos oriundos da UPA. Essa previsão acerca de quais alimentos atenderão as expectativas dos consumidores é facilitada pelo diálogo desenvolvido nas feiras (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003).

A UPA integra a rota de turismo rural “Caminhos Rurais”, que tem por objetivo explorar o potencial turístico da zona rural de Porto Alegre além de promover a aproximação entre produtores e demais integrantes da comunidade local. Nesse sentido, o turismo rural pode contribuir para a valorização do espaço rural ao mesmo tempo em que promove o bem-estar, melhora a qualidade de vida e fomenta maior integração entre produtores rurais e residentes dos espaços urbanos (SOUZA; ELESBÃO, 2008).

A atividade de turismo no meio rural pode ser percebida como uma forma de ocupação da mão de obra disponível na UPA em uma atividade não agrícola (GRAZIANO DA SILVA; BALSADI; DEL GROSSI, 1997), na qual o produtor vende sua mão de obra para o turista rural que, nessa situação, é entendido como consumidor na qual ocorre uma relação de oferta e demanda onde a prestação de um serviço assume a centralidade (RENTING; MARSDEN; BRISTOW, 2000; RODRIGUES, 2016).

Na UPA, as atividades relacionadas ao turismo rural são limitadas por dois fatores: a falta de infraestrutura para receber grandes grupos, e a dinâmica utilizada pelas empresas de turismo que operacionalizam a rota e que optam por transportarem somente grandes grupos.

Entretanto, pequenos grupos de até oito pessoas são recebidos e acomodados sem qualquer limitação dentro da racionalidade do espaço disponível. As visitas são agendadas por telefone ou pessoalmente em uma das feiras onde os cultivos são comercializados, com pelo menos três dias de antecedência para que as atividades que serão propostas e a alimentação que será oferecida aos visitantes possam ser organizadas. De acordo com relato do Produtor 1, “[...] no momento não tem muitas visitas, até por causa do espaço, né, mas se alguém quiser vir não tem problema, só tem que marcar antes que a gente recebe” (PRODUTOR 1, 2016).

Embora tenham sido observadas limitações quanto à estrutura para a recepção de turistas, a atividade é considerada importante pelos produtores, onde a atividade de turismo no meio rural contribui para a melhoria da reputação que a propriedade mantém na rota turística “Caminhos Rurais”, nas Feiras Ecológicas de Porto Alegre e ainda, entre outros produtores, como referência no cultivo de alimentos em sistema orgânico de produção e na utilização de

PANC's como um centro de produção e difusão de conhecimento acerca desse gênero alimentício (KINUPP, 2007; RODRIGUES; SOUZA; DEWES, 2017)

Ainda no âmbito do turismo rural, o programa *World Wide Opportunities on Organic Farms* (WWOOF), que traduzido livremente significa “Oportunidades Mundiais em Fazendas Orgânicas”, tem por objetivo conectar pessoas e oportunizar que produtores de orgânicos de todo o mundo hospedem em suas UPA's pessoas interessadas em aprender e trabalhar em troca de alimentação e hospedagem (WWOOF, 2016).

Para fazer parte da rede, o produtor deverá acessar a base de dados que gerencia, operacionaliza e divulga as oportunidades no país onde a propriedade está instalada, que pode ser acessada pelo endereço eletrônico <www.wwoofbrazil.com>. O visitante ou voluntário, como é chamado, diferentemente do produtor, deverá acessar a base de dados do país que pretende visitar e pesquisar pelas oportunidades disponíveis (WWOOF, 2016).

A presença de “woofer's”, como são chamados os visitantes que participam deste programa, na UPA já se tornou rotineira. No período em que os dados para a realização desse trabalho foram coletados, um “woofer” argentino ficou hospedado por 15 dias na propriedade. O visitante participou das atividades produtivas e aproveitou para conhecer Porto Alegre e aprender português.

A Produtora 1 relatou que “[...] mais de 20 já passaram por aqui! Uma vez veio um casal de australianos, uma francesa, uma alemã que morou nos Estados Unidos e agora mora em São Paulo, ela disse que vem nos visitar” (PRODUTORA 1, 2016). É possível observar que diferentemente do turismo rural “tradicional”, no WWOOF é estabelecida uma relação de contato mais duradouro após o término da experiência. Foi observado que a demanda por essa modalidade de turismo é realizada por estrangeiros. Dessa forma, a atividade turística contribui para que a propriedade colabore com a divulgação de métodos alternativos de produção, consumo e comercialização de alimentos ao mesmo tempo em que confere à propriedade reconhecimento por parte dos consumidores.

3.3.2 Núcleo Familiar e força de trabalho

A maior parte da força de trabalho empregada nas atividades agrícolas desenvolvidas na UPA é oriunda do núcleo familiar, de residentes ou não residentes. Parte da força de trabalho é obtida a partir da mão de obra de um funcionário contratado, enquanto o restante da força produtiva é obtido a partir da exploração da mão de obra de voluntários e de turistas que visitam

a UPA no âmbito do turismo rural. Detalhes dos atores que compõem a força de trabalho da UPA são apresentados no Quadro 1.

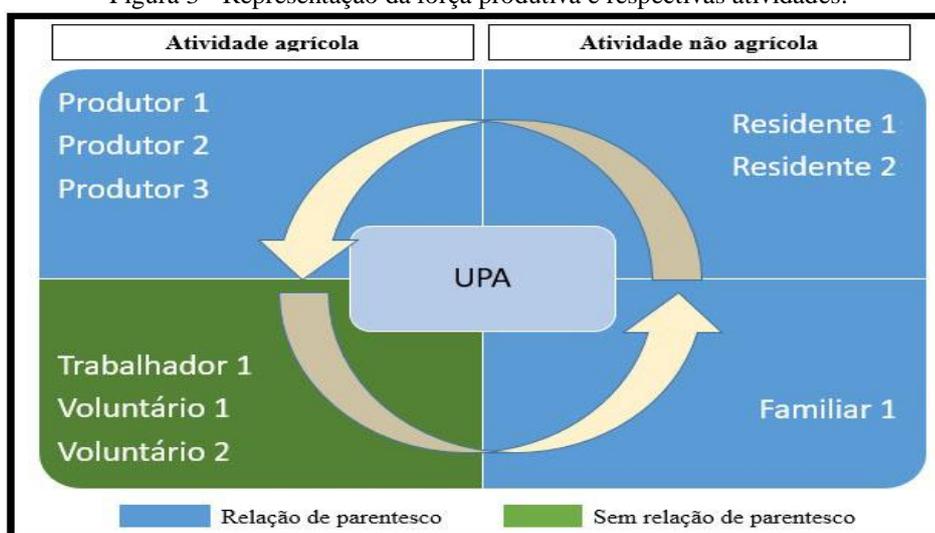
Quadro 1 - Força produtiva e descrição das atividades

| Ator | Atividades desenvolvidas |
|---------------|---|
| Produtor 1 | Formação em agronomia. Na UPA, atua na colheita, preparo para comercialização e no planejamento acerca do calendário de plantio dos cultivares. Responsável pela gestão e <i>marketing</i> . Ministra oficinas sobre plantas alimentícias não convencionais (PANC's), publicou livro de receitas com o emprego de PANC's. É quem organiza a hospedagem de turistas no âmbito do <i>World Wide Opportunities on Organic Farms</i> (WWOOF). Organiza a recepção de turistas no âmbito da rota turística "Caminhos Rurais". É responsável pelo gerenciamento das redes sociais nas quais a UPA está presente. Foi por dois mandatos presidente da Rede Agroecológica Metropolitana (RAMA). Atua na comercialização nas Feiras Ecológicas de Porto Alegre. É responsável pela negociação com pequeno espaço varejista, localizado na zona sul, que comercializa produtos oriundos da UPA. |
| Produtor 2 | Atua no plantio, colheita e preparo para comercialização. É responsável pelo gerenciamento da variedade e quantidade de produtos que serão disponibilizados em cada uma das três Feiras Ecológicas nas quais a UPA comercializa sua produção. Recepciona e fornece treinamento aos turistas no âmbito do WWOOF bem como indica quais tarefas deverão ser desempenhadas por estes. Coordena a banca mantida pela UPA na Feira Ecológica do bairro Bonfim. |
| Produtor 3 | Formação em agronomia. Atua no preparo de canteiros, manutenção de canteiros, adubação e cobertura. Responsável pelo sistema de drenagem e irrigação da UPA. É o responsável por avaliar a necessidade de adubação dos canteiros e quais tipos de adubos deverão ser empregados. Coordena as bancas mantidas pela UPA nas feiras dos bairros Tristeza e Auxiliadora. |
| Trabalhador 1 | Força de trabalho contratada pela UPA. Atua no preparo de canteiros, manutenção, adubação e cobertura. Auxilia na manutenção do sistema de drenagem da UPA. Desenvolve atividades de plantio de diversos cultivares e na colheita de frutas. Atua no preparo de composto orgânico e na trituração de matéria verde. |
| Voluntário 1 | Argentino, estudante de educação física. Auxiliou nas atividades agrícolas desenvolvidas na UPA de acordo com o combinado previamente no âmbito do WWOOF. Permaneceu na propriedade por 15 dias. |
| Voluntário 2 | Economista. É residente no município de Viamão e mantém laços de amizade com os integrantes da UPA. Auxilia na colheita e preparo para comercialização. |
| Residente 1 | Médico psiquiatra. Mantém consultório próprio no qual atende seus pacientes. Na UPA, produz cerveja artesanal que até o momento não é comercializada. Não auxilia com sua força de trabalho nas rotinas produtivas, entretanto, fornece aporte de recursos financeiros quando necessário. |
| Residente 2 | Estudante de tecnologia em edificações. Ausenta-se da UPA às 6h45 de segunda a sexta para estudar e retorna às 16h. |
| Familiar 1 | Auxilia na manutenção de prédios e instalações. |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

No Quadro 1, demonstra-se que a força produtiva da UPA está distribuída entre nove indivíduos, dos quais seis desenvolvem atividades agrícolas e/ou comerciais diretamente relacionadas aos aspectos produtivos, sendo que destes, três integram o núcleo familiar e três não integram o núcleo familiar. O Residente 1 e a Residente 2, integram o núcleo familiar, residem na UPA e não empregam sua mão de obra em atividades agrícolas ou comerciais. O Familiar 1, pertence ao núcleo familiar, não reside na UPA e emprega sua mão de obra na realização de atividades não agrícolas.

Figura 3 - Representação da força produtiva e respectivas atividades.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

A UPA é o ponto central no qual os atores demonstrados na Figura 3 convergem independentemente das atividades (agrícolas ou não agrícolas) e da presença ou não de parentesco. No quadrante superior esquerdo, foram categorizados três integrantes do núcleo familiar que empregam sua força de trabalho exclusivamente em atividades relacionadas ao cultivo e comercialização da produção.

Imediatamente abaixo, no quadrante inferior esquerdo, foram categorizados atores que desenvolvem atividade agrícola e que não compartilham laços de parentesco ou consanguinidade com os demais. O Trabalhador 1 é mão de obra contratada que dedica aproximadamente oito horas diárias, de segunda a sexta-feira, para o cumprimento de sua jornada de trabalho. Os demais integrantes desse quadrante (Voluntário 1 e 2), não possuem vínculo empregatício com a UPA e não possuem laços de parentesco entre si ou com os demais atores.

No quadrante superior direito, no qual foram categorizados o Residente 1 e a Residente 2, estão os membros que possuem relação de parentesco entre si e com os atores relacionados

no quadrante superior esquerdo e quadrante inferior direito e que empregam sua força de trabalho em atividades não agrícolas fora da UPA.

No quadrante inferior direito, foi categorizado o Familiar 1, que não reside na UPA, possui laços de parentesco com os atores relacionados no quadrante superior esquerdo e quadrante superior direito e desenvolve atividades não agrícolas dentro da UPA. Detalhes sobre as relações de parentesco e não parentesco entre os atores são apresentados no Apêndice A.

As setas semicirculares, no entorno do retângulo central, simbolizam as dinâmicas de interações entre todos os atores, enquanto a UPA é o local a partir do qual essas relações são desenvolvidas, experimentadas e mantidas. Sob essa ótica, o fator determinante para o estabelecimento de relações entre os atores que desenvolvem atividades e/ou residem é a UPA, sendo demonstrado que existe identificação entre a UPA e a pluriatividade de seus membros (SCHNEIDER, 2001).

No caso da UPA na qual os dados para realização desse trabalho foram coletados, a pluriatividade dos membros não se apresentou como um limitante para a concretização da atividade agrícola, estando, dessa forma, mais alinhado ao surgimento de novas atribuições do espaço rural no qual são desenvolvidas múltiplas atividades além daquelas unicamente agrícolas (MARSDEN, 1995). Portanto, as atividades são distribuídas de acordo com as aptidões de cada membro da UPA ou ainda com a disponibilidade para sua conclusão. Dessa forma, a UPA é local de produção, mas, ao mesmo tempo, é também moradia dos membros familiares que não exercem atividade agrícola.

3.3.3 Sistema produtivo

Na UPA em questão, todas as etapas do cultivo são realizadas com o objetivo de que o cultivo de alimentos produza o mínimo de impactos ao meio ambiente natural (BETTIOL; GHINI, 2002). Os canteiros são preparados com o emprego de ferramentas manuais, o que segundo o Produtor 3

[...] evita a compactação do solo. Com certeza, seria muito mais fácil usar um trator, mas não é só isso, aqui, por exemplo, como eu faria pra trazer um trator até aqui? Primeiro eu teria que tirar o que está em volta, porque o trator precisa de espaço pra manobrar [...] daí é aquele negócio, melhora de um lado e piora do outro. Os canteiros não teriam sombra nem proteção do vento [...] tu já viu um descampado depois da chuva? Vira banhado, e aí, do que me adiantou o trator? Trator é bom pra grandes áreas, aqui, pra tu ter uma base, o sítio tem dois ha, a gente usa 0,6 mais ou menos pra produzir (PRODUTOR 3, 2016).

A fala do Produtor 3 evidencia que árvores e mato nativo são considerados recursos naturais que cumprem função auxiliar no que se refere aos cultivos. Ainda nesse sentido, no

entorno dos canteiros é cultivado *Pennisetum purpureum*, conhecido popularmente como “Capim Elefante”, com plantas que atingem altura superior aos 2 metros. Além de cumprir a função de barreira natural, o capim é colhido e triturado para posteriormente ser utilizado como palha de cobertura dos canteiros e para a produção de composto orgânico.

A produção de composto orgânico é considerada importante pela Agricultora 1, visto que a correta adubação dos canteiros é fundamental para o desenvolvimento das plantas e manutenção da qualidade do solo. Nas palavras da Produtora 1,

A palha é colocada seca nos canteiros porque daí demora mais tempo para apodrecer, se a gente cortar o capim e colocar ele verde, ele apodrece muito mais rápido, daí tem que colocar de novo. Não sei se o (*nome*) te explicou, mas assim, se a gente usar só capim, frutas, sabe, só matéria vegetal, não é suficiente para manter a fertilidade do solo [...] a gente tem que usar esterco também [...] tu viu ali atrás, temos meia dúzia de galinhas, só para os ovos, aqui é todo mundo vegetariano, daí a gente não consegue volume suficiente [...] aqui perto, no haras, a gente busca o esterco para enriquecer o solo [...] ele dá, a gente só tem que ir lá buscar (PRODUTOR 1, 2016).

Ao ser questionada sobre qual foi a motivação para iniciar a atividade de cultivo de alimentos em sistema orgânico de produção, a Produtora 1 respondeu,

[...] nós fomos criados pra fora. A gente (Produtora 1, Produtora 2 e Familiar 1) se afastou da agricultura quando fomos estudar [...] depois de formada fui trabalhar na (grande empresa do setor cervejeiro) mas sempre quis viver em um sítio [...] até que em 2001 eu e o (Residente 1) compramos essa área [...]. Inicialmente eu queria montar um pomar e produzir geleias [...], mas sempre de um jeito mais ligado à ecologia. (PRODUTOR 1).

A escolha pelo sistema orgânico de produção está mais relacionada às convicções pessoais (TRICHES; SCHNEIDER, 2010) daqueles que exercem atividades na UPA do que uma oportunidade de negócios. A quantidade produzida é suficiente para suprir as necessidades alimentícias do núcleo familiar, e para suprir as bancas mantidas em três Feiras Ecológicas de Porto Alegre.

3.3.4 Canais de comercialização

No Brasil, de acordo com a Lei da produção orgânica nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, regulamentada em 2007, para que um produto seja comercializado como “Produto Orgânico”, é necessário que o cultivo tenha sido submetido à avaliação de conformidade e certificação. Em outras palavras, uma UPA não é certificada como produtora de orgânicos, a certificação é conferida a cada um dos cultivares, o que significa dizer que uma UPA pode cultivar alimentos orgânicos (certificados) e alimentos em processo de certificação, que nesse caso, são comumente comercializados como “Livres de agrotóxicos”, visto que ainda não possuem o selo de certificação de Produto Orgânico.

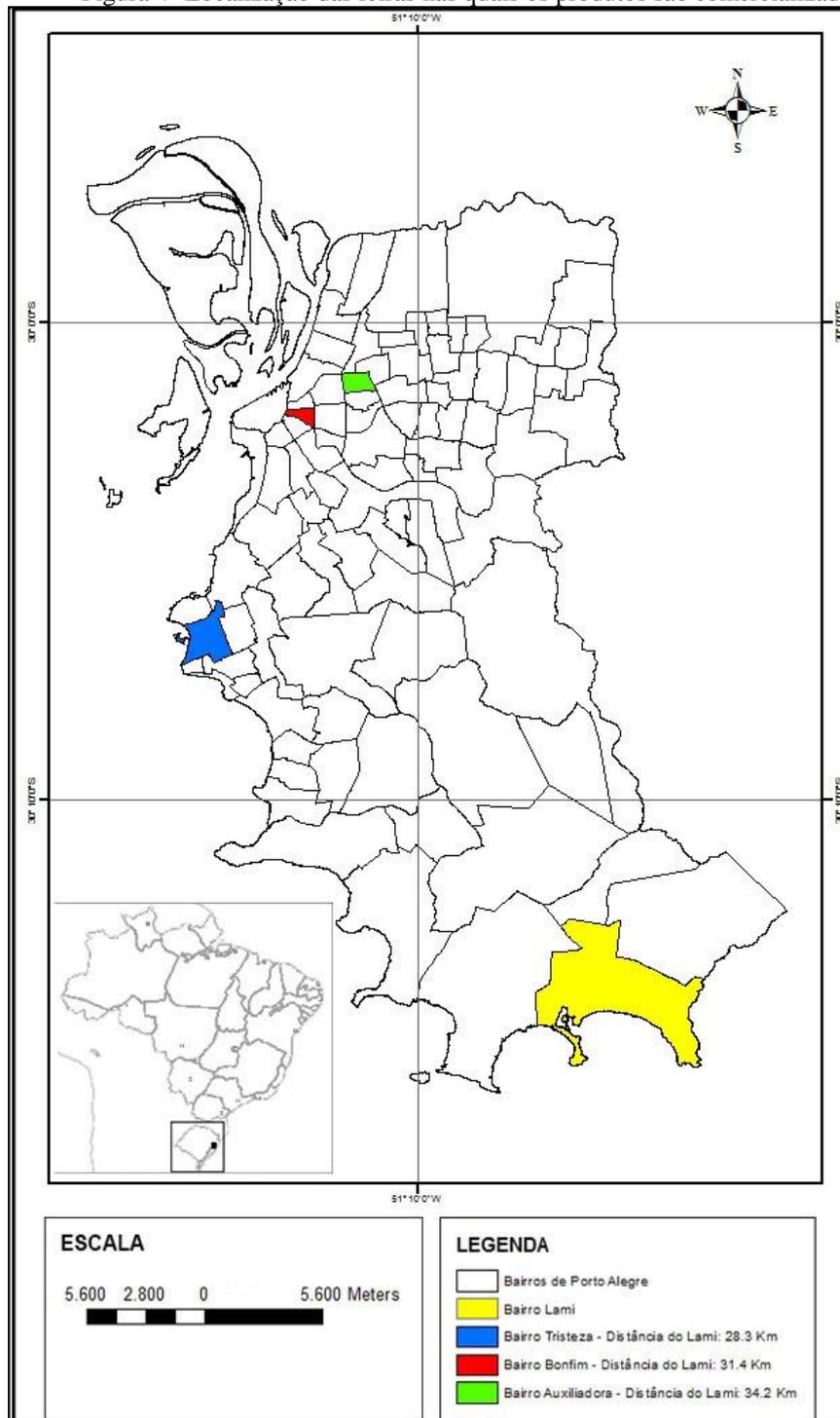
Entretanto, de acordo com as regras que normatizam a comercialização nas Feiras Ecológicas de Porto Alegre, somente produtos oriundos de sistemas orgânicos de produção poderão ser comercializados, havendo ou não selo de certificação. Nesse sentido, o selo de “Produto Orgânico” passa a ser considerado uma formalidade, enquanto a tomada de decisão dos consumidores sobre “de qual produtor comprar” está ligada ao relacionamento que é construído com os produtores no ambiente das feiras.

Essa forma de “certificação” é abordada na literatura de diversas formas, sendo as mais comuns “Venda Direta” e “Controle Social”. Nas duas definições, o ponto central é o estabelecimento de uma relação de confiança entre produtor e consumidor, na qual pode ser observado que um selo de certificação seria “mais um elemento”, que não é considerado indispensável ou de grande importância no caso das Feiras Ecológicas de Porto Alegre.

Os cultivares são comercializados em três feiras: a) aos sábados na Feira Ecológica do bairro Bonfim; b) também aos sábados na Feira Ecológica do Bairro Tristeza; c) terças-feiras na Feira Ecológica do bairro Auxiliadora. Além da comercialização nas feiras, os produtos são comercializados em menor escala na propriedade mediante o prévio contato com os produtores para que os alimentos sejam colhidos e acondicionados para o transporte. É realizada ainda a comercialização em um pequeno espaço varejista, especializado em alimentos orgânicos, localizado na zona sul de Porto Alegre, ao qual a UPA fornece pães e bolos que sejam preparados com a utilização de PANC’s. Dessa forma, as Feiras Ecológicas de Porto Alegre são o principal canal para a comercialização dos cultivares oriundos da UPA quando considerada a quantidade de alimentos comercializados e a frequência com que a comercialização é realizada.

Em Porto Alegre, as feiras são os espaços que se destacam pela maior oferta de alimentos orgânicos *in natura* quando comparadas aos demais espaços varejistas (supermercados, minimercados, restaurantes e lojas especializadas), nos quais é priorizada a oferta de alimentos processados e com maior vida útil (SÁ et al., 2016). Portanto, as Feiras Ecológicas de Porto Alegre, apresentam-se para os produtores como um espaço estratégico para a comercialização de alimentos orgânicos *in natura* e como local no qual consumidores podem obter alimentos diversificados (SÁ et al., 2016).

Figura 4- Localização das feiras nas quais os produtos são comercializados.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Na figura 2 é possível visualizar a distribuição espacial das Feiras Ecológicas nas quais a produção oriunda da UPA é comercializada. Pôde ser observado que uma das feiras, identificada pela cor azul, localizada no bairro Tristeza, é realizada na metade sul do município, enquanto as outras duas, em vermelho a do bairro Bom Fim e em verde a do bairro Auxiliadora,

são realizadas na metade norte. Em amarelo pode ser identificada a localização do bairro Lami, no extremo sul de Porto Alegre.

Nessa modalidade de comercialização, os consumidores entram em contato com os produtores para a realização de pedidos específicos ou encomendas. Os pedidos normalmente são atendidos no mesmo dia, algumas horas após a solicitação, podendo, inclusive, no caso de alimentos com aparência específica, o consumidor participar do processo de colheita.

A UPA possui um acordo de parceria com um pequeno espaço varejista, localizado no bairro Vila Nova, especializado em alimentação saudável e produtos naturais, para o fornecimento de algumas variedades de vegetais, geleias e bolos. Nessa modalidade de comercialização é preciso destacar a importância das PANC's como um diferencial e/ou atrativo para os pães e geleias produzidos na UPA.

Nas Feiras Ecológicas de Porto Alegre, os alimentos cultivados na UPA são comercializados por produtores que estiveram envolvidos diretamente no processo de produção, o que é definido por Marsden, Banks e Bristow(2000), como modalidade face a face. Nesse modelo de comercialização observado nas feiras, à exceção de despesas com embalagens e transporte, a maior parte do lucro resultante da comercialização da produção retorna para a propriedade podendo ser reinvestido e/ou aplicado em melhorias na qualidade de vida dos produtores (DAROLT, 2001; GUZMÁN,2013)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho busca contribuir para o melhor entendimento das dinâmicas socioeconômicas desenvolvidas em uma pequena UPA familiar localizada no espaço rural de Porto Alegre e suas relações com o espaço urbano. A agricultura familiar, o sistema orgânico de produção e a (re)aproximação entre produtores e consumidores são temas amplamente debatidos na academia e, atualmente, pela sociedade que se mostra mais interessada por temáticas relacionadas à alimentação saudável e preservação do meio ambiente.

Portanto, esse trabalho contribui para o debate ao caracterizar uma UPA familiar, que dedica sua área à produção de alimentos orgânicos e que os comercializa em feiras ecológicas, agrupando, dessa forma, agricultura familiar, sistema orgânico de produção e circuitos curtos de comercialização.

Ao ser considerada a localização da UPA, no bairro Lami, distante 29km do Centro, que são percorridos por vias asfaltadas, iluminadas, sinalizadas e atendidas por ônibus, a dicotomia “rural-urbano” não se aplica. Há menos de 1,5km da sede da UPA, podem ser encontrados serviços de saúde, educação, segurança e fiscalização. Ainda nas proximidades, estão instalados diversos espaços varejistas como supermercado, loja de material de construção, casa de ferragens, consultório odontológico dentre outros.

Possivelmente, o contexto local no qual a UPA está inserida é uma potencialidade que contribui para a pluriatividade de seus membros. Três integrantes do núcleo familiar exercem, na UPA somente atividades agrícolas, enquanto outros três membros da família exercem somente atividades não agrícolas, dos quais, dois exercem atividades fora da UPA e do espaço rural. Sob essa ótica, fica evidente um rural no qual são desenvolvidas múltiplas atividades além daquelas unicamente agrícolas e, ao mesmo tempo, a pluriatividade da família rural.

Os produtores 1 e 3 possuem formação em agronomia, o que permite inferir que conhecimentos técnicos são aplicados na realização da atividade agrícola. Nesse sentido, pode ser suposto que a escolha pelo sistema orgânico de produção, além de estar relacionada às convicções pessoais dos agricultores foi, também, uma escolha estratégica para o desenvolvimento da UPA e para a sua viabilização econômica.

Do ponto de vista prático, produzir alimentos orgânicos reduz a dependência por insumos externos à propriedade, agrega valor aos alimentos cultivados, gera menos impactos negativos ao meio ambiente e possibilita a comercialização por preços mais justos. Sob essa perspectiva, as Feiras Ecológicas de Porto Alegre se apresentaram como um espaço estratégico para a reprodução social dos agricultores familiares que residem na UPA. Nas feiras, a

comercialização de alimentos é realizada face a face, que possibilita que características qualitativas dos alimentos, das técnicas de cultivo e manejo sejam transmitidas aos consumidores por aqueles que participaram diretamente do processo de cultivo.

O sistema de produção orgânico, ao se aproximar de um sistema de base ecológica, no contexto das feiras ecológicas, estimula o consumidor a buscar mais informações sobre a propriedade e sobre os produtores, bem como oportuniza os agricultores a oferecerem aos consumidores a possibilidade de visitarem a propriedade. Nesse sentido, um circuito curto de comercialização possibilita que novos circuitos curtos sejam criados.

No caso do Sítio Capororoca, a comercialização nas feiras contribuiu para a abertura de novos canais de comercialização e estabelecimento de parcerias. A comercialização de alimentos oriundos da UPA em um pequeno espaço varejista, especializado em alimentação saudável, localizado na zona sul, foi viabilizada a partir dos diálogos iniciados no espaço da Feira Ecológica do bairro Bom Fim.

A comercialização “na porteira”, mediante a realização de encomendas, também tem sua origem nas feiras. Nesse sentido, a troca de informações entre produtores e consumidores tende a possibilitar a identificação de afinidades, crenças e convicções que contribuem para a formação de parcerias. As Feiras Ecológicas de Porto Alegre também contribuem para a divulgação da propriedade enquanto integrante da rota turística “Caminhos Rurais”.

A propriedade não dispõe de estrutura para a recepção de grandes grupos, bem como não realiza investimentos visando a ampliação da atividade turística, como estrutura para hospedagem e contratação de mão de obra. Entretanto, a proximidade da propriedade com a área central da cidade é um fator que possibilita a realização de “visitas rápidas” à propriedade, para a degustação de PANCs, para observar como é realizado o cultivo dos alimentos comercializados nas feiras, e ainda, para ter a experiência de plantar e/ou colher um alimento de acordo com a disponibilidade da UPA e do acerto prévio.

Para finalizar, as relações entre o espaço rural e o urbano, no que se refere ao Sítio Capororoca, pode ser dito que, são tão plurais quanto seus membros.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília. Unesco, 1998.

_____. **Do setor ao território**: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro: Ipea, 2000. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0702.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2016.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: EdUSP, 2012.

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. 1999. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2617>>. Acesso em: 2 set. 2017.

ALMEIDA, S.G. Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 67-84.

ALTAFIN, I. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. **Brasília: CDS/UnB**, 2007. Disponível em: <<http://www.feis.unesp.br/Home/departamentos/fitotecniatecnologiadealimentosesocioeconomia716/antoniolazarosantana/conceito-de-agricultura-familiar.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BETTIOL, W.; GHINI, R. Proteção de plantas em sistemas agrícolas alternativos. **Métodos Alternativos de Controle Fitossanitário**, 2001. Disponível em: <<http://www.agrisustentavel.com/cgi-sys/suspendedpage.cgi#page=10>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

BORGUINI, R. G.; MATTOS, F. L. Análise do Consumo de Alimentos Orgânicos no Brasil. In: **Anais do XL Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, 2002; 28 – 31 julho; Passo Fundo; Brasília: SOBER, 2002.

BRASIL. **Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006**. Dispõe sobre a agricultura familiar e dá outros provimentos. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 mai. 2015.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CHECHI, L. A. et al. Feiras de produtos orgânicos em Porto Alegre–RS: características que evidenciam um circuito curto de comercialização. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3, 2016.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZANNI, F. M. (orgs). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós. 2013.

_____. O papel do consumidor no mercado de produtos orgânicos. **Agroecologia hoje**, v. 2, n. 7, p. 8-9, 2001.

_____. **Agricultura orgânica: inventando o futuro**. Londrina, PR: IAPAR, 2002. 249 p.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. Qualitative research. 2000, p. 413-427. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/22998310/839904994/name/ereserve%201.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

FAO – Food and Agriculture Organization. **World Agriculture Report**. London: Earthscan, 2003.

FLICK, U.. **Qualidade na pesquisa qualitativa: Coleção Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Bookman Editora, 2009.

FONTE, M. Knowledge, food and place. A way of producing, a way of knowing. **Sociologia Ruralis**, v. 48, n3, , p.200-222, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

GOODE, W. J.; HATT, P. F. Alguns problemas na análise qualitativa e na análise do caso. **Métodos em pesquisa social**, v. 3, p. 398-433, 1969.

GRANOVETTER, M.. Economic action and social structure: The problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, p. 481-510, 1985.

GRAZIANO DA SILVA, J.; BALSADI, O. V.; DEL GROSSI, M. E. O emprego rural ea mercantilização do espaço agrário. **São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 2, p. 50-64, 1997.

Green Nation. **Nossas Árvores**. 2013. Disponível em: <www.greennation.com.br>. Acesso em: 15 mai. 2017.

GUANZIROLI, C. E.; SABBATO, A. D.; BUAINAIN, A. M. Agricultura familiar no Brasil: evolução entre os censos agropecuários de 1996 e 2006. In: MATTOS, B. [et al]. **Políticas públicas e desenvolvimento**. Viçosa, MG: 2011, p. 329-374.

GUIVANT, J. S. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida *ego-trip*. **Ambiente & Sociedade**, v. 6, n. 2, p. 63-81, 2003.

GUZMÁN, S., E. El despliegue de la sociología agraria hacia la agroecología. **Cuaderno Interdisciplinar de Desarrollo Sostenible**, v. 10, p. 85-109, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil em síntese – território**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 mai. 2017.

JUNQUEIRA, A. H.; LUENGO, R. de F. A. Mercados diferenciados de hortaliças. **Horticultura Brasileira**, v. 18, n. 2, p. 95-99, 2000.

KINUPP, V. F. **Plantas alimentícias não-convencionais da região metropolitana de Porto Alegre, RS. 2007.** 590f. 2007. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

KOPYTOFF, I. Biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, A. (Org.). A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Eduff, 2008, p.89-121.

LAMARCHE, H. A Agricultura Familiar. Vols. I e II. Campinas, Ed. Da Unicamp, 1998.

LOPES, L. O. do C. **Conflito socioambiental e (re)organização territorial: mineradora Alcoa e comunidades ribeirinhas do projeto agroextrativista Juruti Velho, município de Juruti-Pará-Amazônia-Brasil.** 2012. 269 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MARQUES, M. I.M. **O conceito de espaço rural em questão.** Terra Livre, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95-112, jul. /dez. 2002. Disponível em: <www.agb.org.br>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000.

MONTANARI, A. La filiera corta nel settore alimentare: tipologie e casi applicativi di studio. Tese de doutorado. Università degli studi di Modena e Reggio Emilia, Dipartimento de Ingegneria Gestionale, 2007.

MOREIRA, R. J. Críticas ambientalistas à revolução verde. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [S.v], n. 15, p. 39-52, 2013.

MOURA, T. L. **Formatos de varejo de alimentos: um estudo sobre as preferências do consumidor.** 2005, 158 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. São Carlos, 2005.

OBERRATHER, A.; BORGES, S. K. Bases do Plano Estratégico zona sul. **Grupo de Trabalho Zona Sul.** Porto Alegre: 2012. Disponível em: <iproweb.procempa.com.br/pmpa>. Acesso em: 15 jun. 2016.

OLIVEIRA, A. U. Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária. São Paulo: FFLCH, 2007, 184 p. 1 ed. Disponível em: <http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2017.

PLOEG, J. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 17-31.

PMPA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Serviço de informações. **Bairros de Porto Alegre**. Disponível em: <www2.portoalegre.rs.gov.br>. Acesso em: 20 jun. 2016.

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993

REIS, J. Modos de Industrialização, força de trabalho e pequena agricultura. Para uma análise entre a acumulação e a reprodução. **Revista Crítica de Ciências Sociais, [S.v], n. 15,16,17, 1985.**

RENTING, H.; MARSDEN, T. K.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning A**, v. 35, n. 3, p. 393-411, 2003.

RODRIGUES, R.G. **Enoturismo, turismo enogastronômico e slowfood: experiências na serra gaúcha – RS / Brasil**. 2016. 99 f. : il. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Porto Alegre, 2016.

RODRIGUES, R.G.; SOUZA, M. DE.; DEWES, H. Slow Food como uma filosofia de orientação em oportunidades de mercado: um estudo de caso no turismo enogastronômico na Serra Gaúcha – RS. P.79-102. In. **A uva e o vinho como expressões da cultura, patrimônio e território** [recurso eletrônico] / Rosa Maria Vieira Medeiros, Michele Lindner, organizadoras. – Porto Alegre : Evangraf, 2017.6,3 Mb, 195 páginas, PDF.

SÁ, M. M. et al. Espaços varejistas de comercialização de produtos orgânicos em Porto Alegre/RS. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3, 2016.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**. n. 16, p. 164-184, 2001.

_____. Introdução. A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SCHIFFINO, A. Agente na Secretaria Municipal de Indústria e Comércio. Entrevista concedida a Marcelo Matos de Sá para realização de trabalho acadêmico sobre as Feiras Ecológicas de Porto Alegre. Porto Alegre, 9 dez. 2015.

SCHULTZ, G. Avaliação da sustentabilidade em sistemas orgânicos de produção agropecuária. V SIMBRAS 2013. Viçosa/MG.

SMC – Secretaria Municipal da Cultura. **História dos Bairros de Porto Alegre**. Acervo do Arquivo Municipal Moyses Velinho. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2015.

SOUZA, M.de; ELESBÃO, I. A introdução de uma inovação social entre agricultores familiares: o turismo rural em dois roteiros do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Colóquio Ibérico de Estudos Rurais (7.: 2008 out.: Coimbra, Portugal)**. **Cultura, inovação e território**. Coimbra: ESAC, 2008.

TANASĂ, L. et al. Benefits of Short Food Supply Chains for the Development of Rural Tourism in Romania as Emergent Country During Crisis. **Agricultural Economics and Rural Development**, v. 11, n. 2, p.181-193, 2014.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. School feeding and family farming: reconnecting consumption to production. **Saúde e Sociedade**, v. 19, n. 4, p. 933-945, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S.. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas–o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.15, p.87-145, 2000.

_____. **O agricultor e a vida local**. In: LAMARCHE, H. (Coord.). *A agricultura familiar: do mito à realidade*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. v.2, p. 207-231.

_____. *Raízes Históricas do Camponato Brasileiro*. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

WWOOF – World Wide Opportunities on Organic Farms. **How it Works**.2016. Disponível em: <www.woofinternational.com>. Acesso em: 21 jun. 2016.

Yin, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2a ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.

APÊNDICE A – RELAÇÕES DE PARENTESCO E NÃO PARENTESCO ENTRE OS MEMBROS DA UPA

Tabela 1 - Relações de parentesco e não parentesco entre os membros da UPA.

| | Produtor 1 | Produtor 2 | Produtor 3 | Trabalhador 1 | Voluntário 1 | Voluntário 2 | Residente 1 | Residente 2 | Familiar 1 |
|---------------|------------|------------|------------|---------------|--------------|--------------|-------------|-------------|------------|
| Produtor 1 | N/A | Irmã | Tia | Contratante | WWOOF | Amizade | Cônjuge | Tia | Irmã |
| Produtor 2 | Irmã | N/A | Tia | Colega | WWOOF | Amizade | Cunhada | Mãe | Irmã |
| Produtor3 | Sobrinho | Sobrinho | N/A | Colega | WWOOF | Amizade | Sobrinho | Primo | Filho |
| Trabalhador 1 | Contratado | Colega | Colega | N/A | WWOOF | Colega | Colega | Colega | Colega |
| Voluntário 1 | WWOOF | WWOOF | WWOOF | WWOOF | N/A | WWOOF | WWOOF | WWOOF | WWOOF |
| Voluntário 2 | Amizade | Amizade | Amizade | Amizade | WWOOF | N/A | Amizade | Amizade | Amizade |
| Residente 1 | Cônjuge | Cunhado | Tio | Colega | WWOOF | Amizade | N/A | Tio | Cunhado |
| Residente 2 | Sobrinha | Filha | Prima | Colega | WWOOF | Amizade | Sobrinha | N/A | Sobrinha |
| Familiar 1 | Irmão | Irmão | Pai | Colega | WWOOF | Amizade | Cunhado | Tio | N/A |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

ANEXO 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

1 IDENTIFICAÇÃO DA UP

| 1.1 IDENTIFICAÇÃO |
|---|
| 1.1.1 Nome do Empreendimento (razão social ou fantasia):..... 1.1.2 Proprietário (nome): 1.1.3 N° de sócios: 1.1.4 Informante (nome): () Proprietário () Gerente contratado () Outra pessoa habilitada 1.1.5 Natureza do Empreendimento: () Pessoa Física () Pessoa Jurídica 1.1.6 Ano de início das atividades agropecuárias: |
| 1.2 LOCALIZAÇÃO |
| 1.2.1 Rua (localidade, estrada,etc.): N°: 1.2.2 Localidade (bairro, comunidade,etc.):..... 1.2.3 Referência de localização: 1.2.4 Município: CEP: 1.2.5 Telefone: () Fax: () 1.2.6 E-mail: 1.2.7 Observações: |
| 1.3 ESPECIFICIDADES DA ÁREA DA PROPRIEDADE |
| 1.3.1. Área total (terreno): ha 1.3.2 Área destinada à produção agrícola:ha 1.3.3 Área destinada à produção agropecuária:ha |
| 1.4 SISTEMA PRODUTIVO |
| 1.4.1 Origem das sementes/mudas. 1.4.2 Insumos produtivos.. 1.4.3 Área dedicada ao sistema orgânico de produção.ha 1.4.4 Área dedicada ao cultivo em sistema convencional.ha |
| 1.5 COMERCIALIZAÇÃO |
| 1.5.1 <u>Na propriedade.</u> 1.5.2 <u>Nas Feiras Ecológicas</u> 1.5.3 <u>Espaços Varejistas</u> <div style="text-align: center;">1.5.4 <u>Outros Canais de Comercialização</u></div> |
| 1.6 NÚCLEO FAMILIAR E FORÇA DE TRABALHO |
| 1.6.1 <u>Membros da família que desenvolvem atividades agrícolas.</u> |

.....
1.6.2 Membros da família que desenvolvem atividades não agrícolas.
.....

1.6.3 Membros da família que desenvolvem atividades não agrícolas na UPA.
.....

1.6.4 Membros da família que desenvolvem atividades não agrícolas fora da UPA.
.....

1.6.5 Mão de obra contratada para atividades agrícolas.
.....

1.6.6 Mão de obra contratada para atividades não agrícolas
.....
.....

1.6.7 Outros indivíduos sem parentesco que integram a força de trabalho
.....
.....

1.7 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DENTRO E FORA DA UPA

1.7.1 Nome
.....
.....

1.7.2 Atividades desenvolvidas
.....
.....